



CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR – AFYA

PSICOLOGIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ALICE ZANON NOVAES

**IMPACTO DOS PADRÕES DE BELEZA NA SAÚDE MENTAL DA MULHER E
SUAS IMPOSIÇÕES PROJETADAS PELAS MÍDIAS SOCIAIS**

Itaperuna

2021

ALICE ZANON NOVAES

**IMPACTO DOS PADRÕES DE BELEZA NA SAÚDE MENTAL DA MULHER E
SUAS IMPOSIÇÕES PROJETADAS PELAS MÍDIAS SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Psicologia ao
Centro Universitário Redentor.

Orientador: Thamyres Bandoli Tavares Vargas

Itaperuna
2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Acadêmico/a: Alice Zanon Novaes

Título: IMPACTO DOS PADRÕES DE BELEZA NA SAÚDE MENTAL DA MULHER E SUAS IMPOSIÇÕES PROJETADAS PELAS MÍDIAS SOCIAIS

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso

Objetivo: Título de Bacharel em Psicologia

Instituição: Centro Universitário Redentor

Área de concentração: Psicologia

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof.^a Thamyres Bandoli Tavares Vargas
Orientadora

Prof.^a Alessandra Tozatto
UniRedentor

Prof. Me. Barbara Narciso Jacyntho
Membro externo

AGRADECIMENTOS

Sou quem sou, graças à educação e aos valores que meus pais me deram. Obrigada por tanto, pelo incentivo e pela parceria de sempre. Agradeço a vocês por acreditarem em mim e se orgulharem, desde sempre, de cada conquista.

Deus sabe de todas as coisas e eu percebo o carinho e o cuidado especial que ele tem comigo, agradeço imensamente a Ele, por ter cuidado dessa jornada e ter me dado forças para que eu conseguisse realizá-la.

Gostaria de agradecer também aos grandes amigos que fiz no decorrer da graduação, e aos professores que contribuíram com tanto conhecimento para que ela se desse da melhor maneira possível.

Thamyres, minha orientadora, obrigada pelo direcionamento e pela disponibilidade de sempre, eu sempre quis escrever sobre esse assunto, mas você foi ímpar para que esse sonho se concretizasse ainda melhor do que o planejado!

Agradeço desde já também a banca que aceitou participar disponibilizando o seu tempo. Em especial a professora Alessandra que me inspira como pessoa e como profissional.

Por fim, em especial, agradeço a minha irmã Mariah, que é a melhor pessoa que eu já conheci, sempre esteve comigo me ajudando desde o começo de tudo, a estudar para as provas, ouvindo minhas apresentações de seminários, aguentando os meus surtos, e sempre me escutando e incentivando, você é minha maior inspiração, obrigada por ser quem é.

Valeu a pena cada dia desses cinco anos, cada conversa, cada risada, cada choro, cada surto, cada matéria estudada, amada ou odiada, valeu cada segundo, esse é o começo de uma trajetória linda que pretendo trilhar.

Obrigada a todos que torceram por mim, amo vocês!

“Nunca deixe ninguém tentar fazer de você algo que você não é. Lembre-se do que você quer ser, e sempre permaneça forte nisso.” – **Abigail Breslin**

RESUMO

Este texto aborda sobre a construção histórica dos padrões de beleza dentro da sociedade patriarcal, destacando alguns mitos criados por este sistema para dominar e oprimir as mulheres, a fim de atender os interesses econômicos do capitalismo. Dentre tais mitos, temos o que vigora ainda nos dias de hoje: O mito da beleza. No decorrer do trabalho serão destacados os momentos mais relevantes dos movimentos feministas a fim de entender como mesmo diante de tantos avanços as mulheres ainda se mantêm prisioneiras desses sistemas. A metodologia de pesquisa utilizada é a revisão de literatura narrativa, tomando dificilmente como ponto de partida questões bem definidas, não fazendo uso de critérios sistemáticos para buscar e analisar criticamente a literatura, a busca de materiais não é pré-determinada e não precisa esgotar as fontes de informações. Os principais autores utilizados foram Heleieth Saffioti, Joan Scott e Naomi Wolf. Por fim, destacando as diferentes concepções acerca da subjetividade e do corpo feminino, implantadas desde o período patriarcal, mas que exercem sua influência ainda na contemporaneidade, evidenciando assim, o modo como a mídia influencia a sua constituição, especialmente nos dias de hoje, implementando inúmeros ideais a serem seguidos, verifica sobre os sofrimentos psíquicos causados por essas imposições, evidenciando como deve se dar o papel do psicólogo diante dessa problemática.

Palavras-chaves: Patriarcado, capitalismo, mulher, beleza, mídia, sofrimento psíquico.

ABSTRACT

This text addresses the historical construction of standards of beauty within the patriarchal society, highlighting some myths created by this system to dominate and oppress women, in order to meet the economic interests of capitalism. Among such myths, we have the one that is still in force today: The beauty myth. During the work, the most relevant moments of the feminist movements will be highlighted in order to understand how, even in the face of so many advances, women are still prisoners of these systems. The research methodology used is the review of narrative literature, hardly taking as a starting point well-defined questions, not using systematic criteria to search and critically analyze the literature, the search for materials is not predetermined and does not need to exhaust the sources of information. The main authors used were Heleieth Saffioti, Joan Scott and Naomi Wolf. Finally, highlighting the different conceptions about subjectivity and the female body, implemented since the patriarchal period, but which still exert their influence in contemporaneity, thus showing how the media influences its constitution, especially nowadays, implementing numerous ideals to be followed, verifies about the psychic suffering caused by these impositions, showing how the role of the psychologist should be given in face of this problem.

Keywords: Patriarchy, capitalism, women, beauty, media, psychic suffering.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS PADRÕES DE BELEZA DENTRO DE UMA SOCIEDADE PATRIARCAL.....	12
2.1 Breve história do Feminismo.....	21
2.2 Gênero vs sexualidade: sobre “qual mulher” falar.....	26
3. INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS E A (IN)SATISFAÇÃO FEMININA COM O CORPO.....	29
4. O CORPO E O SOFRIMENTO PSÍQUICO: INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA.....	35
5. CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

1. INTRODUÇÃO

O objetivo da presente pesquisa consiste em discutir imposições projetadas pelas mídias sociais na sociedade atual, a fim de compreender como elas impactam na saúde mental e na autoestima da mulher. Essa pesquisa justifica-se, pois, segundo Trinca (2008) existem ideais de beleza impostos às mulheres, os quais são provenientes de uma sociedade que busca atender aos interesses do sistema capitalista. Vigarello (2006) aponta que esses ideais se perpetuam no decorrer da história, modificando-se à medida que o cenário político e social se transforma. É possível observar inúmeras evidências e danos ocasionados por tais imposições ainda na contemporaneidade.

Ao retomar a história é possível notar uma série de mitos criados para manter as mulheres sob controle, dentre tais mitos existem três sendo os de maior destaque: O da maternidade, castidade e domesticidade. Diante das revoluções feministas muitas mulheres conseguiram desprender-se destas míticas, no entanto, existe uma delas que mesmo diante de tantos avanços ainda as mantém prisioneiras, sendo: O mito da beleza (WOLF, 1992).

Incessantemente o ser humano esteve em busca da beleza, mesmo sem saber o que de fato ela é, Vázquez (1999) sustenta que a experiência de beleza não é algo fantasioso, mas a realidade que liga o ser humano ao mundo estético. Segundo ele, o belo está sempre no centro das reflexões estéticas e as posições objetivista e subjetivista estão também presentes na história do pensamento estético quase ao longo de vinte e dois séculos.

Bonumá (2009) sustenta que no século XXI a beleza se tornou objeto de consumo, podendo ser adquirida através de mecanismos como os procedimentos estéticos e/ou o uso de cosméticos. A tecnologia e a ciência cada vez mais se aprimoram favorecendo o atendimento à essa demanda social. Nesse contexto, Paiva (2010) defende que a estética corporal nunca foi tão valorizada em um período histórico como tem sido atualmente. Passível de modificações, seja por meio de cirurgia ou do uso de adereços, o corpo “ideal” vem se transformando em objeto de consumo. Nota-se o fenômeno do culto ao corpo, onde não há limites para o alcance do padrão desejável.

Introduz-se o estudo deste tema em razão dos impactos ocasionados à saúde mental das mulheres que se veem em meio a imagens veiculadas pela mídia de aparências “perfeitas”. A grande diversidade de corpos bem como a sua aceitação, não é bem-vista aos olhos do capitalismo, não é algo pensado, no entanto, ao perceberem que as mulheres estavam avançando em seus direitos, começaram a instituir novas formas de controle sobre elas (WOLF, 1992).

São inúmeros os procedimentos cirúrgicos para modificar o corpo, essa temática faz parte do imaginário feminino, pois ao verem sendo perpetuados pela mídia, corpos de mulheres que condizem com o padrão estabelecido socialmente, passam a se comparar e sentirem-se culpadas por não estarem correspondendo a eles (TRINCA, 2008).

Essa busca desenfreada pode proporcionar inúmeros riscos à saúde, tanto física quanto psicológica, pois o padrão de beleza imposto é inatingível para a maioria das mulheres. É importante entender de onde surge essa submissão por parte das mulheres a esses ideais de beleza e como isso tem impactado a sua saúde mental, bem como a sua autoestima (TRINCA, 2008).

Dessa forma, a metodologia de pesquisa utilizada é a revisão de literatura narrativa. Segundo Cordeiro (2007) esta metodologia apresenta uma temática mais aberta, dificilmente toma como ponto de partida questões bem definidas e não faz uso de critérios sistemáticos para buscar e analisar criticamente a literatura. Portanto, a busca de materiais não é pré-determinada e não precisa esgotar as fontes de informações. Reconhecendo, assim, que a seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à percepção subjetiva do autor.

Inicialmente a trajetória metodológica da referida produção se deu a partir da definição do tema, em seguida, houve uma pesquisa bibliográfica, em bancos de dados de produções científicas, por meio do uso das palavras-chaves: Patriarcado, ideais de beleza, mídias sociais, gênero, feminismo e saúde mental. Os bancos de dados utilizados foram: Google Acadêmico, SciELO e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, além de livros da área. Alinhado ao método escolhido, a escolha dos textos foi feita livremente pelo

autor, conforme percepção da relevância, sem utilizar-se de critérios pré-definidos de inclusão ou exclusão de artigos.

A pesquisa foi baseada nas seguintes questões: A construção histórica dos padrões de beleza dentro de uma sociedade patriarcal, a influência das mídias e a (In)satisfação com o corpo, o papel do feminismo na luta pelos direitos das mulheres bem como a busca pela aceitação em meio a tantas imposições e por fim, quais os danos causados pela propagação desses ideais de beleza através das mídias sociais, ideais estes que reforçam a desigualdade, contribuindo assim para os impactos causados na saúde mental das mulheres.

Tendo isso estabelecido, foi necessário delimitar também sobre as diferentes vertentes do feminismo, assim como, sobre “qual mulher” falar.

O foco do trabalho foi direcionado às mulheres brancas cisgênero uma vez que, as mulheres negras enfrentam e vivenciam especificidades, portanto, o movimento feminista negro possui algumas pautas diferentes em comparação com as companheiras brancas. Sendo necessárias distintas ações, em diferentes frentes para diminuir o abismo que separa mulheres brancas e negras. O racismo não é acidental, a mulher negra tem que enfrentá-lo sendo um elemento estrutural na sociedade brasileira (DE OLIVEIRA; BREDEK; FILPO, 2020).

Esta luta dentro da luta não possui, de maneira alguma, um caráter divisionista do movimento feminista de modo geral, é preciso escapar desse discurso, tendo em vista que serve apenas para homogeneizar as mulheres e assim, tornar invisível a comunidade negra e suas especificidades (DE OLIVEIRA; BREDEK; FILPO, 2020, p. 3).

É também importante considerar que, de acordo com Butler (1990), o público formado por pessoas LGBTQIA +, que por não se enquadrarem nas definições da sociedade em relação à orientação sexual e identidade de gênero, também ficam suscetíveis às opressões.

Dessa maneira, essas opressões mencionadas acima são anteriores e ainda mais profundas do que as exploradas aqui, portanto, o recorte deste trabalho não daria conta de contemplar todas as questões envolvidas nesses casos.

No primeiro capítulo, o referido trabalho discorre sobre alguns momentos históricos considerados mais relevantes, que dizem respeito à uma sociedade patriarcal, com interesses econômicos pautados no sistema capitalista. Assim, são abordadas as diferentes perspectivas do conceito patriarcado, identificando que este sistema ainda permanece atuante nos dias de hoje criando-se cada vez mais estratégias para a sua manutenção. Uma dessas estratégias, diz respeito ao mito da beleza. Mesmo diante de tantas conquistas as mulheres ainda se veem presas a essa idealização de uma “aparência perfeita”, que se estabelece com a finalidade de anular implicitamente todas as conquistas de direitos por parte delas, a fim de mantê-las prisioneiras do sistema (WOLF, 1992).

Já o segundo capítulo descreve sobre a influência das mídias e a (in)satisfação feminina com o corpo. Neste capítulo, destaca-se como as mídias sociais, propagam de maneira preocupante ideais referentes a como se viver, como enxergar o próprio corpo, além de qual aparência seguir. Leon Crochík (2000), aponta que esse corpo classificado enquanto esbelto e saudável, de acordo com o ideal de beleza em voga na atualidade, está atuando em favor das necessidades de produção e de consumo do capitalismo. Dito isso, o capítulo destaca sobre o uso do elemento estético em favor do capital (TRINCA, 2008).

O terceiro capítulo descreve sobre os sofrimentos psíquicos e o surgimento de determinadas patologias, decorrentes dessa valorização extrema da aparência corporal. Ressaltando por fim, como deve se dar a intervenção por parte do psicólogo, não se resumindo apenas aos referenciais teóricos, mas buscando oferecer acolhimento e a escuta ativa a esses sujeitos que se veem afetados por tais imposições sociais.

Conclui-se que os profissionais de psicologia devem buscar entender como as mídias sociais e os meios de comunicação em massa estabelecem essas influências, portanto, levando as mulheres a buscarem olhares mais críticos a esses ideais, a fim de preservarem suas subjetividades e particularidades, alcançando mais autoconhecimento para conquistarem a real aceitação e felicidade.

2. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS PADRÕES DE BELEZA DENTRO DE UMA SOCIEDADE PATRIARCAL

A compreensão do patriarcado, em seu sentido substantivo, contribui na análise do percurso histórico da sociedade patriarcal, proporcionando assim um melhor entendimento da problemática proposta. Portanto, é necessário traçar um percurso histórico além de definir e precisar este conceito.

O termo patriarcado pode abarcar diferentes significados, dentre eles como salienta Engels (2000), é usado para se referir a um sistema familiar em que o pai é o chefe e detém poder sobre os membros restantes da família.

Saffioti (1987) entende o patriarcado como o mais antigo sistema de dominação-exploração do mundo, sendo anterior até mesmo ao racismo e ao capitalismo. Enfatiza que ele é o inimigo milenar das mulheres, pois obtém o controle do corpo e da vida dessas através de uma base material, a *divisão sexual do trabalho*. Portanto, constitui-se enquanto pacto masculino com a finalidade de oprimir, explorar e dominar as mulheres, sendo entendida como um processo de dupla face, baseado na dominação e exploração (SAFFIOTI, 2004).

Os sistemas capitalista e patriarcal não são exatamente dois sistemas separados, eles coexistem. Quando falamos de capitalismo e patriarcado, estamos fazendo uma separação para fins analíticos, no sentido de esclarecer que há um sistema de poder que se estrutura a partir do capital e do poder masculino. Mas, na verdade, as coisas não funcionam separadas. Não há aqui o poder do capitalismo e em outro lugar o poder do patriarcado; eles estão imbricados, são coextensivos (ÁVILA, 2012, p. 25).

Dentro de uma perspectiva feminista, o uso do conceito 'patriarcado', como destaca Pateman (1993) *apud* Azevedo (2016), não é homogêneo no campo das ciências sociais, ele é usado para tratar das sociedades pré-capitalistas. No entanto, nas teorias liberais, o termo é entendido a partir da noção de regime paterno, na qual o patriarca possuía grande poder, o qual era "justificado pela tradição" (PATEMAN, 1993 *apud* DE AZEVEDO, 2016).

Diante das características do patriarcado, Saffioti (2004) entende que este não é uma relação civil e hierárquica que se estabelece nos diversos âmbitos da vida humana e sim uma estrutura de poder violenta e ideológica que se baseia em aspectos materiais e concede direitos sexuais aos homens.

O movimento feminista, sustenta que o patriarcado se dá enquanto modo de organização social, evidenciando as relações desiguais de dominação e exploração do homem sobre a mulher (SAFFIOTI, 2004).

Essa maneira de interpretar o patriarcado contribui para mascarar a situação de dominação masculina ignorando a situação das mulheres dentro da sociedade capitalista (AZEVEDO, 2016).

Porém, não há uma unidade teórica em torno do uso do conceito nas problematizações das análises feminista; segundo Delphy (2009) e Pateman (1993), o debate toma corpo nos anos 1970 pelo movimento feminista e percorre o feminismo até os dias de hoje. O conceito muitas vezes é usado como sinônimo de "dominação masculina" e "opressão das mulheres", ou substituído por falocracia, androcentrismo e relações de gênero (AZEVEDO, 2016, p.15).

Saffioti (2011) considera que o patriarcado é histórico e socialmente construído, marcado por contradições e antagonismos, que necessitam ser analisados enquanto sistemas. A autora contribuiu com a observação da relação da classe, raça/etnia e gênero segundo um sistema de dominação e exploração das mulheres, configurando-se em opressão.

Patriarcado não se configura apenas nos moldes tradicionais das sociedades anteriores ao capitalismo, não se trata apenas da organização familiar e suas características na esfera privada, mas se constitui também na esfera pública perpassando de forma estrutural vários âmbitos da sociedade [...] permitem-nos compreender o patriarcado enquanto uma totalidade social que ao longo da história se modificou e que permanece atuante nas sociedades capitalistas (AZEVEDO, 2016, p. 20).

Contudo, essa discordância conceitual não anula, nem reduz a sua eficácia para analisar as questões referentes às mulheres, desde que este seja, como dito acima, bem precisado.

Mas abordar somente a dominação, sem colocar em relevo a exploração sofrida e vivenciada pelas mulheres, é subsumir uma dimensão significativa da organização social de gênero da contemporaneidade. O conceito patriarcado permite visualizar estes dois âmbitos, a dominação e a exploração das mulheres, que estão estreitamente interligadas (MORGANTE; NADER, 2014, p. 8).

O patriarcado se configura num "sistema de estruturas no qual o homem domina, oprime e explora as mulheres" (WALBY, 1990, p. 20).

O sistema patriarcal não trata de relações individuais ou de explicações biológicas para a compreensão da dominação masculina, mas parte de um problema estrutural que se encontra em várias dimensões da vida e nas transformações da história (AZEVEDO, 2016, p. 16).

Friedrich Engels (2000) afirma que esse sistema de dominação com base em um sexo biológico sobrepondo ao outro, remonta ao surgimento das propriedades privadas, o que leva ao estabelecimento de uma ordem social com base na dominação de um sexo em detrimento da submissão do outro, sendo o masculino, o gênero dominante, e o feminino, o gênero submisso.

Saffioti (2011) destaca que essa desvalorização da mulher tem sua gênese nas próprias relações sociais modernas, pois eram direcionadas a uma generalização da vida doméstica privada, enquanto os homens assumiram o mundo público durante a sociedade patriarcal.

Ávila (2012) considera que os homens são percebidos como pertencentes à cultura, portanto, do espaço público. Já as mulheres são vistas como seres da natureza e do espaço privado. Sendo essa a lógica que baseia a reprodução das relações entre homens e mulheres e que está na origem da construção desse sistema capitalista e patriarcal.

Este sistema patriarcal, ainda permanece atuante nos dias de hoje e cada vez mais criam-se estratégias para a sua manutenção. Uma dessas estratégias, diz respeito ao Mito da beleza (WOLF, 1992). Segundo Wolf (1992, p.12) “Estamos em meio a uma violenta reação contra o feminismo que emprega imagens da beleza feminina como uma arma política contra a evolução da mulher: O mito da beleza.” O questionamento é: Existe uma gênese para todo esse sistema implícito de controle?

Não existe nenhuma justificativa legítima de natureza biológica ou histórica para o mito da beleza. O que ele está fazendo às mulheres hoje em dia é consequência unicamente da necessidade da cultura, da economia e da estrutura do poder contemporâneo de criar uma contraofensiva contra as mulheres (WOLF, 1992, p. 16).

A análise histórica evidencia a transição dos métodos de subsistência da coleta e da caça para a agricultura, o que permite reconhecer ainda mais o protagonismo masculino, já que este se dedicava de maneira integral a prover o sustento da família. Para Stearns (2015) no decorrer do desenvolvimento

das sociedades, essa dominação entre os sexos foi se tornando ainda mais explícita, transparecendo em diversos âmbitos, como a escolha dos casamentos e aspectos do ciclo reprodutivo, por exemplo. O que evidencia a superficialidade com que as mulheres eram vistas, servindo somente de meios para a procriação.

Mesmo havendo um crescente desenvolvimento das civilizações foi somente nos séculos XVIII e XIX, em decorrência da Revolução Industrial, que começamos a observar a participação feminina dentro das fábricas. Apesar de ser um reconhecimento dado a essa classe, já que estas passaram a contribuir com a produtividade bem como passaram a obter uma renda, estas foram submetidas a condições precárias e abusivas de trabalho (ENGELS, 2000).

Retornar à história segundo Wolf (1992) significa confrontar-se com várias estratégias e mitos para a manutenção do patriarcado, que contribuíram para a desvalorização das mulheres em concomitância à legitimação de sua opressão. Dentre eles, existem três aos quais Wolf (1992) destaca em sua obra: O da maternidade, castidade e domesticidade.

A reprodução de maneira grosseira do que diz respeito ao espaço público e privado como argumenta Mello (2016) permite que a domesticidade não seja incluída dentro de um espaço social, sendo, portanto, privada, logo, ela não está dentro de um campo político, mas sim familiar.

É uma parte integrante e uma ferramenta na manutenção do que é social, mas não ocupa nem deve ocupar os espaços “sérios”, privilegiados, fundamentais que a economia e a política ocupam na vida social. Mesmo aspectos considerados de segunda importância em relação à economia e à política, como a cultura e o lazer, recebem em muitos sentidos maior prestígio que o privado e o doméstico (MELLO, 2016, p. 76).

Isso não significa que os âmbitos políticos e sociais não deem importância ao espaço doméstico. Partindo dos poderes hegemônicos, ou seja, da supremacia de um grupo sobre o outro, tem-se, portanto, o reconhecimento de que aspectos da domesticidade contribuem para o sustento da vida política e social. Contudo, essa separação se dá de maneira implícita, facilitando que àquelas responsáveis pelo espaço doméstico, ou

seja, as mulheres, se mantenham distantes das decisões econômicas e políticas (MELLO, 2016).

Da submissão dessas mulheres à domesticidade forçada, dependia a evolução do capitalismo industrial. A maioria das nossas hipóteses sobre a forma pela qual as mulheres sempre pensaram na "beleza" remonta no máximo a 1830, quando se consolidou o culto à domesticidade e inventou-se o código da beleza (WOLF, 1992, p. 18).

Outro fato marcante da história diz respeito a Primeira Guerra Mundial, onde em decorrência da retirada dos homens para atuarem como soldados, tornou-se imprescindível a participação das mulheres nas indústrias. Contudo, apesar dessa maior participação, com o fim da guerra, campanhas publicitárias passaram a induzir as mulheres a retomarem suas tarefas domésticas, que se resumiam a cuidarem de seus lares, havendo um retrocesso de sua maior participação social e ativa na sociedade da época. Segundo Beauvoir (1961, p. 176) as mulheres deveriam:

[...] procurar tornar-se tão atraentes quanto o permitam a natureza e o bom gosto. Depois da guerra, elas deverão vestir-se como mulheres e ter uma atitude feminina. Dir-se-á às jovens que se conduzam e andem como mulheres e por esse motivo adotarão provavelmente saias muito estreitas, que as obrigarão a um modo de andar gracioso.

A fim de considerar os direitos das mulheres no século XX estabeleceu-se o movimento feminista, assim com o término da Segunda Guerra Mundial, no ano de 1945, seguido do advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no ano de 1948, o Movimento Feminista organizou-se como um núcleo político, adquirindo cada vez mais força junto ao alcance de mais direitos (MONTEIRO; BERTASO, 2012).

Houve movimentação nacional e internacional no que diz respeito ao reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos humanos e de direitos. Em 1979 a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, inclusive ratificada no Brasil. Da mesma forma, várias políticas em diversos países europeus e americanos instituíram medidas de repressão à violência contra a mulher, políticas equitativas e de emancipação econômica feminina (MONTEIRO; BERTASO, 2012, p. 37).

No século XX, com os movimentos feministas que marcaram a superação de muitos dos mitos mencionados, muitas mulheres encorajaram-se a reivindicar seus direitos humanos com base em uma igualdade entre os sexos. Esta agitação que gerou diversos movimentos no mundo todo, liderado por mulheres que buscavam lutar pelos seus direitos, teve por consequência tornar o sistema patriarcal mais vulnerável a essas lutas e reivindicações (BEAUVOIR, 1961).

Gellacic (2012) assinala que através dos grupos de movimentos feministas da década de 60 que se multiplicaram na Europa como a exemplo da França, com o Mouvement de Libération des Femmes (MLF1), ou nos Estados Unidos com o chamado Woman's Lib, foram reconhecidos em razão da participação de militantes e acadêmicas que desejavam elucidar sobre a insatisfação das mulheres com seu papel na sociedade, e assim propor soluções.

A partir de estudos voltados sobre a temática do feminismo, nota-se que a cada geração de mulheres que obtém determinado avanço pautado nos ideais desse movimento, surge como contragolpe algum obstáculo que as mantém prisioneiras, impedindo que estas alcancem seus objetivos de maneira íntegra. Portanto, a história das mulheres não deve estar dissonante do conceito de patriarcado (WOLF, 1992).

As mulheres adquiriram gradual consciência de seus papéis sociais moldados na submissão, objetificação e desvalorização. Esta conscientização originou movimentos sociais em prol dos direitos das mulheres, de forma a manter ambos os sexos biológicos em situação de isonomia no plano formalístico das leis e no plano das condições reais de vida (RODRIGUES, 2016, p.706).

As mulheres conquistaram direitos e se impuseram perante a sociedade da época, no entanto, se faz presente um fator que as aprisionam até os dias atuais, fator este que tomou maiores proporções no decorrer da história a medida em que as mulheres conquistam cada vez mais os seus direitos na sociedade vigente (WOLF, 1992).

Quanto mais fortes as mulheres se tornassem em termos políticos, maior seria o peso do ideal de beleza sobre seus ombros, principalmente para desviar sua energia e solapar seu desenvolvimento (WOLF, 1992, p. 12).

A ideia da domesticidade que perpetuava começou a perder forças e as mulheres de classe média começaram a sair de suas casas. Diante disso, como traz Wolf (1992), todos os mitos e lendas que mantinham as mulheres dentro dessa “ficção doméstica” sobre o que era a feminilidade, a fim de estabelecer um controle social, passaram a ser redirecionados ao único aspecto intacto, voltando-se às imposições sobre rostos e corpos das mulheres bem como as repressões e os tabus.

Dito isso, Wolf (1992) aponta que essa designação do tempo voltada para os aspectos da beleza, em concomitância ao trabalho inesgotável, assumiram o lugar das tarefas domésticas, também inesgotáveis, tornando-se o que ela chama de “uma realidade de natureza pessoal” que habitou na consciência feminina.

Isso obrigou outras partes da sociedade como: Religião, cultura e economia, por exemplo, a darem mais lugar às mulheres, como consequência disso: “Recorrendo a conceitos de beleza”, ela construiu um mundo feminino alternativo, com suas próprias leis, economia, religião, sexualidade, educação e cultura, sendo cada um desses elementos tão repressor quanto os do passado” (WOLF, 1992, p. 20).

Esses ideais impostos, podem deixar muitas mulheres envergonhadas de assumirem que dão tanta importância para fatores “fúteis” referentes a beleza e ao corpo, contudo, o que não está explícito é que todo esse modo de pensar foi imposto a elas sendo um reflexo social que vem se reproduzindo desde a época da Revolução Industrial (WOLF, 1992).

Nos anos de 1960 até 1980, Wolf (1992) comenta que foi bem-sucedida a segunda onda do feminismo, portanto, o mito da beleza foi modificado com o objetivo de frustrar essa conquista de poder em todos os níveis na vida individual da mulher.

As neuroses modernas da vida num corpo feminino se espalham de mulher para mulher em ritmo epidêmico. O mito está solapando — de forma lenta, imperceptível, sem que percebamos a verdadeira força da erosão — o terreno conquistado pelas mulheres em luta árdua, longa e honrosa. O mito da beleza no momento é mais insidioso do que qualquer mística da feminilidade surgida até agora (WOLF, 1992, p. 24).

“À medida que as mulheres iam exigindo acesso ao poder, a estrutura do poder recorreu ao mito da beleza para prejudicar, sob o aspecto material, o progresso das mulheres” (WOLF, 1992, p. 26).

Para Naomi Wolf (1992) os estereótipos de beleza feminina são responsáveis hodiernamente pela manutenção do patriarcalismo velado. A beleza é manifestada em sua supremacia, elucidando a relação dos estereótipos com a conservação da estrutura patriarcal.

A "beleza" é um sistema monetário semelhante ao padrão ouro. Como qualquer sistema, ele é determinado pela política e, na era moderna no mundo ocidental, consiste no último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino (WOLF, 1992, p. 15).

De acordo com Wolf (1992) ao estar dentro de uma hierarquia vertical, são estabelecidos valores às mulheres levando em consideração o padrão físico que é imposto culturalmente, esse padrão manifesta relações de poder onde mulheres se veem coagidas a competirem de maneira antinatural por recursos dos quais o capitalismo se apropriou a fim de estabelecer um monopólio sobre eles.

“A "beleza" não é universal, nem imutável, embora o mundo ocidental finja que todos os ideais de beleza feminina se originam de uma Mulher Ideal Platônica” (WOLF, 1992, p. 15).

Embora evidentemente sempre tenha havido um mito da beleza sob alguma forma desde os primórdios do patriarcado, o mito da beleza em sua forma moderna é uma invenção bem recente. O mito viceja quando ocorre uma perigosa libertação das mulheres de repressões de natureza material (WOLF, 1992, p. 17).

Wolf (1992) acredita que o mito se baseia no ideal de beleza que se encontra em voga, assim ele tem por finalidade atender ao temor político das instituições dominadas pelos homens e que se encontram ameaçadas pela conquista de “liberdade” das mulheres. Portanto, Wolf (1992) diz que o mito da beleza se refere às instituições masculinas e ao poder institucional por parte dos homens.

As qualidades que um determinado período considera belas nas mulheres são apenas símbolos do comportamento feminino que aquele período julga ser desejável. O mito da

beleza na realidade sempre determina o comportamento, não a aparência (WOLF, 1992, p. 17).

Atualmente a sociedade se encontra no chamado “patriarcado mascarado”, este reproduz muitas das características de desigualdades herdadas do passado. De acordo com Saffioti (2011), a influência mais explícita que o patriarcado atualmente traz na sociedade é justamente essa desvalorização e repressão a mulher em decorrência da ideia de o homem ser o “provedor” da casa e a mulher ser a “cuidadora” visão essa carregada de preconceitos.

O “modelo ideal de mulher” influencia na dificuldade da mulher de se adaptar dentro dos campos profissionais, junto a ideia de que elas condizem a imagem do “sexo frágil”. A exploração e dominação dos homens sobre as mulheres torna-se uma forma de violência, onde a mulher começa a se submeter ao homem por uma condição até mesmo sexual, observada muitas vezes na sociedade contemporânea (RODRIGUES; REIS; QUADRADO, 2018).

“Embora ansiedades pessoais e inconscientes possam representar uma força poderosa na criação de uma mentira vital, a necessidade econômica praticamente garante a sua existência” (WOLF, 1992, p. 22). O valor social da mulher passa a não ser mais definido pelo que Wolf (1992) chama de “encarnação da domesticidade virtuosa” sendo agora redefinido como:

O mito da beleza o redefiniu como a realização da beleza virtuosa. Tal redefinição criou um novo imperativo de consumo e uma nova justificativa para a desigualdade econômica no local de trabalho, que substituíram os que já não exerciam influência sobre a mulher recém-liberada (WOLF, 1992, p. 23).

Por fim, não é possível definir precisamente o período da história humana em que surgiu esse culto à beleza enquanto um estereótipo. Muitos estudiosos dessa temática, afirmam que teve a sua gênese desde a época gregoriana onde o seu valor estava na ideia de que uma alma, ou seja, a essência de alguém só seria bela se estivesse abrigada em um corpo físico também belo. Nesse sentido, beleza não é algo estabelecido naturalmente, mas sim um conceito subjetivo e culturalmente constituído, que idealiza uma aparência “perfeita” (RODRIGUES, REIS, QUADRADO, 2018).

Wolf (1992) trabalha a ideia de que este valor da beleza feminina é algo subjetivo, que desperta nas mulheres sentimentos de inferioridade ao estarem diante dos ideais de beleza em voga.

Portanto, a beleza pode ser classificada segundo Saffioti (2011) como um ensinamento mítico que se perpetua através da linguagem e da cultura a fim de moldar as identidades das mulheres de maneira que correspondam aos padrões estéticos de cada época, pois este foi o único fio intacto mesmo diante de inúmeras conquistas.

2.1 Breve história do Feminismo

O direito das mulheres de votarem e serem votadas, a equidade dentro do mercado de trabalho, a autonomia reprodutiva, a liberdade sexual, o combate à violência sexual e doméstica, a assistência pública à saúde das mulheres e a ruptura de hierarquias de gênero, dizem respeito a algumas das principais lutas que marcaram o percurso histórico do feminismo como movimento social. Esses ainda continuam a demonstrar a prevalência na atualidade frente às expressões da desigualdade de gênero existentes na sociedade contemporânea (WOITOWICZ, 2008).

É necessário retomar o caminho percorrido pelo feminismo, principalmente no Brasil, em razão da história dele ter sido transmitida, por vezes, de maneira deturpada, portanto, como traz Domingues (2020) a história de mulheres e negros tem sido contada de forma passiva e apática.

Vera Soares (1998, p. 33) entende o conceito do feminismo como uma:

Ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo.

Domingues (2020) menciona que o movimento feminista no Brasil teve algumas influências de outros movimentos anteriores a ele, em especial os movimentos sufragistas inglês e norte americano, portanto, é necessário destacar algumas características bem como determinados avanços e conquistas por parte destes, a fim de entender o porquê as mulheres ainda se sentem aprisionadas aos chamados ideais de beleza mesmo diante de tantos avanços alcançados por esses movimentos.

No sufrágio Norte-Americano no século XIX, foi a partir dos chamados movimentos revivalistas que as mulheres conseguiram alcançar mais engajamento social, saindo de seus lares. Mesmo com o cunho emancipatório desses movimentos, muitos se opunham à luta feminista, e priorizavam as questões referentes aos negros na sociedade (DOMINGUES, 2020).

Isto contribuiu para o surgimento de organizações específicas como destaca Domingues (2020), organizações estas que defendiam os direitos das mulheres.

Em Nova York, 1868, surge a National Woman Suffrage Association (NWSA), ordenada por Elizabeth Cady e Susan B. Anthony, estava para além da luta pelo direito ao voto, e questionava o lugar da mulher na família e no mercado de trabalho. Em Boston, 1869, fundou-se a American Woman Suffrage Association (AWSA), com caráter mais conservador, sendo composta também por homens, as estratégias eram: escrita de artigos em jornais, realização de conferências, campanhas de abaixo-assinados para o Congresso, dentre outras. Por fim, há a junção de ambas acima dando origem a National American Woman's Suffrage Association (NAWSA). Temas radicais são colocados em segundo plano, e a organização ganha um caráter burguês passando a se restringir (DOMINGUES, 2020).

Em 1916, temos a Congressional Suffrage Union, que organizava passeatas por Washington na luta pelo voto. Em razão da repressão a essas passeatas, o Congresso criou, em 1917, uma Comissão para discutir o sufrágio feminino. Em 1918, a Câmara dos Deputados norte-americana aprovou o projeto de emenda constitucional relativo ao voto feminino. Buscando o apoio pessoal de cada deputado, as sufragistas continuaram investindo até 1919, quando o Senado aprovou a emenda. Mas, somente em setembro de 1920, foi ratificada a 19ª. emenda constitucional que concede o direito de voto a todas as mulheres maiores de 21 anos (DOMINGUES, 2020).

Já o movimento feminista inglês, como comenta Domingues (2020), surgiu na década de 1830, e ganhou forças em 1860 através da publicação de *The Subjection of Women* (A sujeição das mulheres) de John Stuart Mill e a sua eleição para o Parlamento. Foi marcado por ações mais radicais e

violentas, do que a dos demais movimentos, tendo havido até mesmo confrontos diretos com a polícia.

Emmeline Parkurst, e as demais militantes dessa linha ficaram conhecidas como sufragettes. Em 1918, na Inglaterra, as mulheres maiores de 30, as mulheres casadas, as chefes de família ou aquelas com nível universitário puderam votar. No entanto, o voto sem restrições, que se igualava ao masculino, só foi alcançado em 1928 (DOMINGUES, 2020).

Após essa breve retomada histórica de alguns avanços dos movimentos feministas, cabe ressaltar como se deu o percurso do movimento no Brasil.

O movimento é caracterizado pela multiplicidade de manifestações e de pretensões, que transitam entre lutas gerais e específicas promovidas pelas mulheres. A trajetória do movimento feminista brasileiro diz respeito a uma história marcada por disputas, conflitos e tendências ideológicas que não permitem que o movimento seja entendido como algo homogêneo (WOITOWICZ, 2008).

É importante salientar que os feminismos no Brasil não nasceram de forma isolada ou alheia ao contexto mundial, e tampouco podem ser considerados como singulares ou homogêneos, pois havia diversidade de mulheres circulando entre as organizações e nem sempre as pautas e formas de atuação coincidiam com o que esperavam as integrantes (ALVAREZ, 2014, p. 23).

“Não foi uma importação que pairou acima das contradições e lutas que constituem as terras brasileiras, foi um movimento que desde suas primeiras manifestações encontrou um campo de luta particular” (PINTO, 2003, p.10).

Se pensarmos historicamente nos feminismos, como movimento social e político de mulheres contra as opressões de gênero (mas também com suas intersecções de raça, etnia, classe, capacidade física, sexualidade e outras), podemos compreender que eles têm uma longa trajetória, mas não há necessariamente uma só origem (SILVA, 2018, p.195).

Nas primeiras décadas do século XX Pinto (2003, p. 39) identifica diferentes vertentes do feminismo no Brasil e dá destaque para três:

A que foi liderada por Bertha Lutz, visando aos direitos políticos da mulher e atuando de forma mais tradicional; o chamado feminismo difuso, presente nas manifestações da imprensa feminista alternativa e com caráter menos ortodoxo e a

decorrente do movimento anarquista e, posteriormente, comunista, de atuação mais radical.

Entre o final do século XIX até o ano de 1932, como destaca Pinto (2008, p. 13) as mulheres conquistam o direito ao voto.

[...] No Brasil, da mesma forma, a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, mediante a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras. Esta luta esteve definitivamente associada ao nome de Bertha Lutz, que exerceu uma inegável liderança durante a década de 1920 e se manteve ligada às causas da mulher até sua morte em avançada idade, na década de 1970.

O período mencionado acima diz respeito ao que Céli Pinto (2003) denomina como feminismo “bem-comportado” em seu livro sobre a história do feminismo no Brasil.

A outra fase é denominada por Pinto (2003) de feminismo “mal-comportado”, apresentando um posicionamento mais radical. Portanto, desde o surgimento da primeira vertente do feminismo marcada pela luta pelos direitos políticos, o movimento ressurgiu no Brasil na década de 1970, em meio ao período mais radical da ditadura militar, contando com a participação de mulheres que passaram pela experiência do exílio.

Para Joana Pedro (2006, p. 02):

Uma das narrativas fundadoras do feminismo da Segunda Onda no Brasil informa que, em 1975, devido à definição, pela ONU – Organização das Nações Unidas, daquele ano como o Ano Internacional da Mulher, e do início da Década da Mulher, aconteceu no Brasil o ressurgimento do movimento feminista “organizado”. Este teria sido inaugurado através de uma reunião, ocorrida em julho de 1975, na ABI – Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, e da constituição do Centro da Mulher Brasileira, também naquela cidade. A partir de então, teria ocorrido o aparecimento de outros espaços de união e movimento feminista em outros lugares do Brasil.

Pedro (2006) assinala que as ideias e propostas que vinham sendo desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa, não cabiam dentro do contexto brasileiro de ditadura militar e no campo da esquerda, para lutar pela libertação e pelos direitos das mulheres. Muitos grupos feministas, além de denunciarem o lugar de submissão em que as mulheres estavam na sociedade, também reivindicavam contra a ditadura militar, incluindo as

desigualdades que Gellacic (2012) destaca, entre os homens e as mulheres dentro dos próprios grupos revolucionários da época ditatorial.

Principalmente na segunda metade da década de 70, no Brasil surgiram grupos, como o organizado por Romy Medeiros da Fonseca, chamado Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, que objetivava lutar além da igualdade entre homem e mulher, pois buscava também alcançar o direito ao divórcio dentro da Legislação Brasileira (GELLACIC, 2012).

É crucial compreender o peso que o regime ditatorial teve na composição das organizações feministas. O golpe de 1964 fez com que o feminismo brasileiro tivesse de lidar com as peculiaridades do período: o medo, a censura, o clima de revolução sexual, a luta constante pela liberdade, pela derrubada do regime e a perspectiva autonomista (PINTO, 2003, p. 45).

Foram muitos os impasses para que se alcançasse o fortalecimento do feminismo brasileiro juntamente a atuação de grupos distintos para atingir esses objetivos. No ano de 1970 houve o registro segundo Giuliani (2004) de inúmeras conquistas ligadas à participação das mulheres no meio social, onde passaram a se comprometer com as causas e as reivindicações do movimento.

Muitas queixas e relatos sobre a discriminação e a segregação sexual conseguem sair das paredes domésticas em que até então estavam enclausuradas e tornam-se fontes de denúncias e de demandas de novos direitos. Tais atitudes conseguem atingir os alicerces das relações sociais questionando os principais espaços coletivos: o local de trabalho, a prática sindical e a própria família (GIULANI, 2004, p.645).

Teles (1999) afirma que esse é o momento em que as mulheres começam a assumir o protagonismo dos movimentos sociais, e não apenas marcar presença ao lado dos homens nesses movimentos. Somente em 1975, segundo a autora, quando há a Instauração do Ano Internacional da Mulher que há a retomada dos grupos com pautas feministas.

“Integradas com os movimentos democráticos, as feministas brasileiras engrossam fileiras nos movimentos pela anistia, por liberdades políticas e por uma constituinte livre e soberana” (TELES, 1999, p.14).

De forma geral, é devido à compreensão de que a inclusão das mulheres somente pela letra da lei, por via das conquistas de direitos, não seria o suficiente para mudar a base patriarcal que

mantinham as mulheres estruturalmente subordinadas que fez os movimentos feministas crescerem. Ao enfatizarem questões do cotidiano, do corpo, da sexualidade e da violência sob a bandeira do “pessoal é político”, atentaram para o que não era visualizado, deslocando assim a tradicional ideia de poder como público, ao salientarem que o privado também era atingido pelo político (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011, p. 175).

São inúmeras as conquistas e os acontecimentos que marcaram os movimentos feministas no Brasil e no mundo, contudo o trabalho não seria suficiente para abarcar todos, portanto, retornando ao que Amelinha Teles diz “o feminismo veio para ficar e não vamos sair”, todos os direitos conquistados pelas mulheres de forma árdua no decorrer da história não dão a garantia de serem respeitados, pois são constantemente ameaçados. Existem pautas ainda relevantes ao cotidiano das mulheres brasileiras que necessitam de constante luta e reivindicações (SILVA, 1983).

2.2 Gênero vs sexualidade: sobre “qual mulher” falar

Mesmo com tais avanços, esses não foram suficientes para derrubar os ideais do patriarcado, imerso na cultura, os quais perduraram ainda na contemporaneidade, ultrapassando as inúmeras modificações políticas e históricas da sociedade, refletindo em distintos meios na atualidade (COSTA, 2018). Para entender melhor este processo e a sua perpetuação ainda na atualidade, se faz necessário delimitar sobre “qual mulher” falar. Portanto, para isso, apresenta-se uma breve discussão sobre as questões de gênero que permeiam a sociedade.

No Ocidente segundo Grossi (1999) o conceito de gênero está atrelado ao de sexualidade, fato que gera dificuldades de compreensão para o senso comum. Joan Scott (1990), traz uma definição recente da categoria gênero, a compreende como uma categoria historicamente determinada que não surge, mas, se constrói sobre a diferença de sexos, sendo uma categoria que serve para “dar sentido” a esta diferença.

Ao invés de se apresentar como uma categoria fixa e preestabelecida, como inicialmente foi concebida, o gênero caracteriza-se, portanto, por ser algo dinâmico e inter-relacional. O trinômio “gênero, linguagem e identidade” está intimamente atrelado a questões sociais, históricas e

discursivas e não pode, conseqüentemente, ser pensado ou teorizado de maneira isolada (ALMEIDA, 2002, p. 90).

Por muito tempo se estabeleceu uma visão sobre as diferenças sexuais estereotipada e tendenciosa, onde o homem era visto em posição de superioridade sobre a mulher. Contudo no século XX, Nicholson (2000) coloca que, o conceito de gênero, que era usado para se tratar sobre as relações socialmente construídas, passou a ser considerado pelas críticas do movimento feminista como algo oposto ao sexo.

Portanto, como resume Almeida (2002, p. 91) “as diferenças sexuais seriam naturais, isto é, determinadas pela natureza e função biológica dos indivíduos, enquanto as diferenças de gênero seriam construídas culturalmente”. Dito isso, os papéis sociais de homens e mulheres poderiam ser modificados, pois, gênero passou a ser visto não como algo inato, mas sim como algo construído social e culturalmente.

Historiadores/as, segundo Scott (1990), teorizam gênero reduzindo-o às referências tradicionais com raízes nas ciências sociais, que se baseiam em explicações causais universais. Portanto, realizam atribuições generalizadas e redutíveis, não abarcando toda a complexidade dos processos sociais.

Esses historiadores/as utilizam de duas categorias distintas de abordagens:

A primeira é essencialmente descritiva; quer dizer, ela se refere à existência de fenômenos ou de realidades, sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal e teoriza sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreender como e porque eles tomam as formas que têm (SCOTT, 1990, p. 74).

Contudo, como coloca Scott (1990) recentemente, "gênero" é entendido como sinônimo de “mulheres”, onde o primeiro assume uma conotação mais objetiva e neutra.

Existem muitos aspectos aos quais o termo “gênero” é compreendido e utilizado. Segundo Salih (2015) o gênero é um processo que não tem origem nem fim, de modo que é algo que “fazemos”, e não que “somos”. Portanto o gênero, como retrata Butler (1990) é algo “não natural”, não havendo uma relação entre o corpo e o gênero, ou seja, é possível que exista um sujeito com o corpo classificado como “fêmea” sem traços necessariamente

femininos. Parafraseando Salih (2015) “é possível ser uma “fêmea” masculina ou um “macho” feminino”.

Killermann (2011) entende que a identidade de gênero está relacionada à maneira que o sujeito se enxerga, sendo comum a associação com a genitália, classificando-se como homem ou mulher. Contudo, a forma como cada pessoa externa a sua identidade de gênero é denominada como expressão de gênero, portanto, as características se encontram nas vestimentas, nos comportamentos e nas ações de cada sujeito, sendo assim, especifica-se sobre a maneira com que cada um se identifica.

“Assim como a identidade de gênero, a expressão de gênero consiste em um espectro dentro do qual um indivíduo tem infinitas maneiras de se encontrar” (KILLERMANN, 2011).

Por fim, se o gênero passa a ser entendido como algo que não está, portanto, como algo que não é definido, estabelecer a sua distinção com o sexo ou a sexualidade se torna ainda mais difícil, pois:

Ele é um “artifício à deriva”, o sexo é tão culturalmente construído quanto o gênero, na verdade, talvez o sexo tenha sido desde sempre gênero, de maneira que a distinção sexo/gênero não é distinção alguma (BUTLER, 1990, p. 7).

Sendo assim, a feminilidade é uma construção social assim como, o gênero e a sexualidade. Portanto, a maneira como as mulheres se relacionam com ela, bem como com os ideais de beleza impostos, é diversa, em decorrência dos diferentes marcadores sociais que as atravessam (NOVAES, 2011).

Assim esta produção volta-se para as mulheres cisgênero brancas, temos claro que nossa escolha não esgota as diferentes classes de mulheres existentes, como as mulheres negras e/ou transexuais, entendendo que estas possuem um recorte diferente do das mulheres brancas cisgênero, por consequência, suas relações com esses ideais de beleza são interpretadas de outra maneira que não será abarcada no presente trabalho.

3.0 INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS E A (IN)SATISFAÇÃO FEMININA COM O CORPO

A aparência corporal tem se revelado cada vez mais relevante para a sociedade, contudo a maneira com que a mídia a propaga é entendida por Santos e Gonçalves (2020) como preocupante, por ser classificada como produto, sendo, portanto, alvo da instituição de padrões de corpos a serem seguidos.

No momento atual essa atenção ao corpo tem sido cada vez mais recorrente, ela se destaca em inúmeros aspectos como alimentação, exercícios, intervenções cirúrgicas, entre outras características que evidenciam essa busca pelo considerado corpo ideal (SANTOS; GONÇALVES, 2020).

A satisfação ou a insatisfação corporal como identifica Piva (2013) está relacionada à maneira com que cada sujeito percebe a sua própria imagem corporal.

A satisfação corporal nada mais é do que o indivíduo estar bem consigo mesmo, ver sua imagem refletida no espelho ou ter a percepção de seu corpo e gostar do que percebe. Já a insatisfação corporal é o inverso, o que acarreta sentimentos e pensamentos negativos sobre a própria aparência, influenciando no bem-estar emocional e na qualidade de vida do indivíduo (PIVA, 2013, p. 22).

A satisfação da imagem corporal relaciona-se ao fato de o sujeito ter e expressar pensamentos e atitudes positivas em relação a sua aparência, demonstrando gostar da sua imagem e da maneira que ela é refletida aos outros, estando, portanto, satisfeito com ela (CORREIA, 2006).

Já a insatisfação está ligada ao fato de não gostar de sua própria aparência, expressando pensamentos e atitudes de cunho negativo. Por vezes isso se dá em razão de frustrações que ocorrem por não alcançar o ideal de beleza almejado, mesmo quando existe uma incessante busca por ele (SANTOS; GONÇALVES, 2020).

O grande impacto da mídia na imagem corporal seria a forma de como as pessoas enxergam sua imagem corporal em comparação com os modelos corporais disseminados pela mídia e de como essa comparação gera ou não uma insatisfação corporal (SANTOS; GONÇALVES, 2020, p. 6).

Dito isso, Tavares e Brasileiro (2003) demonstram que essa aparência difundida através das mídias sociais, também determina a maneira de se “viver”, junto a forma de se “enxergar” o próprio corpo, indo, portanto, para além das estipulações sobre que padrões de corpos seguir. Como Foucault (1987) destaca, essa difusão de um corpo ideal que deve ser alcançada mesmo diante das circunstâncias que isso implica, traz como consequência a transformação da imagem corporal em uma mercadoria.

Portanto, como Jacob (2014, p. 90) sustenta:

A mulher perfeita existe e mora nas representações midiáticas. Ela é bonita, inteligente, divertida, engraçada, mãe amorosa e amante voraz: e, além de todas essas vantagens, come pouco e tem, por causa disso e da malhação constante, um corpo escultural, perfeito. Essa mulher existe na tevê, nas revistas, nos jornais e, hoje, especialmente existe e se alimenta das redes digitais, que se tornaram um ponto de grande inflexão do culto à magreza e ao corpo ideal.

Santos e Gonçalves (2020) consideram as redes sociais como um meio atual utilizado pela mídia para divulgar informações, no entanto o ideal de beleza disseminado, através destas é em sua grande maioria inalcançável para a população, trazendo como consequência a insatisfação com a imagem.

De acordo com Kincheloe (1997) o meio propiciou o surgimento do que ele denomina como era de consumo, isso se deu em razão das tecnologias produzidas para atender aos interesses capitalistas. Em seus escritos ele afirma ser o consumo, o centralizador do estilo de vida pós-moderno.

Na sociedade de consumo avançada, o ato de consumir não envolve necessariamente uma troca econômica. Consumimos com os olhos, absorvendo produtos com o olhar cada vez que assistimos à televisão ou dirigimos ao longo de uma rodovia pontuada por logotipos. O consumo visual é de tal forma parte de nosso panorama cotidiano que não nos damos conta dos significados inscritos em tais procedimentos (WILLIS, 1997, p. 44).

As instituições, empresas e a mídia constroem sentidos, como traz Gomes (2001), e os quais constroem identidades. Dessa maneira os sujeitos reproduzem e são atravessados pelos discursos que vendem imagens e modos de ser.

Steinberg (1997, p. 109) considerando os estudos culturais referentes ao consumo, alega que “em alguma medida somos aquilo que consumimos.”

Os meios de comunicação, ou seja, a mídia corresponde aos veículos de informação que permeiam nossas vidas e são responsáveis pela difusão, bem como, pela sua influência sobre o cotidiano. Para Conti, Bertolin e Peres (2010) a mídia diz respeito aos meios de comunicação social, tratando-se dos dispositivos responsáveis pela transmissão das informações, como rádio, jornais, revistas, televisão, vídeo, internet entre outros. Podendo, portanto, tornar-se um mecanismo forte de manipulação e doutrinação de padrões estéticos e de vida a serem seguidos.

Configura-se, na atualidade, como uma das instituições responsáveis pela educação no mundo moderno, trazendo tanto benefícios como malefícios, respondendo pela transmissão de valores e padrões de conduta e socializando muitas gerações (SETTON, 2002, p. 2096).

Para compreender a relação estabelecida entre a busca incessante pela aparência perfeita e a mídia, Paiva (2010) afirma que a preocupação com a beleza esteve presente nas mais diversas culturas, ainda que suas manifestações se distingam. É algo que vem acompanhando a humanidade há tempos, mas segundo os escritos de Aurélio, Oliveira e Corsino (2018) tem se mostrado ainda mais evidente nos últimos tempos.

Tal pensamento social tem como uma de suas expressões a mídia. Esta pode ser entendida como os meios de comunicação em geral, que atingem e exercem influência sobre muitas pessoas [...]. O maior veículo de influência sobre a subjetividade podem ser as propagandas, que buscam criar hábitos sociais, já que seu alcance é massivo sobre os indivíduos (MOREIRA, 2010).

Georges Vigarello (2006), menciona que as mudanças correspondentes ao corpo e à beleza são simultâneas às mudanças ocorridas nos âmbitos políticos, sociais e culturais da época vigente. Por trás dessa incessante busca por ideais estéticos existe sempre uma oferta midiática que visa a venda de produtos e serviços que, em sua maioria, não são necessários (AURÉLIO; OLIVEIRA; CORSINO, 2018).

A indústria da beleza faz uso dos meios de comunicação de massa, havendo um excesso de obediência às exigências para alcançar o “bem-

estar”. Isso faz com que essas exigências, quando não cumpridas, despertam sentimentos negativos nos sujeitos (SEVERIANO; RÊGO; MONTEFUSCO, 2010).

A boa forma do corpo tem sido associada a pessoas saudáveis, atraentes e bem-sucedidas, aumentando ainda mais a perseguição de tal meta, o que pode ser um desafio difícil de alcançar (EHRENBRINK; PINTO; PRANDO, 2009).

Os corpos cada vez mais ganham visibilidade e são tratados como mercadoria a ser vendida pela indústria cultural e da saúde. A publicidade constantemente dá a impressão de que um corpo perfeito, difundido como sinônimo de saúde, bem-estar e felicidade, é alcançável por todos, desde que sigam algumas prescrições. Dessa forma, o corpo é tratado como um rascunho, que pode ser modelado e remodelado de acordo com os desejos de quem o possui, buscando alcançar o modelo ideal (SEVERIANO; RÊGO; MONTEFUSCO, 2010, p.138).

A busca por um corpo “perfeito, saudável e jovem” demonstra contradições na prática pois como identifica Trinca (2008) essa busca não revela somente os paradoxos em que a sociedade se encontra, mas também a incongruência de um modo de vida pautado no que ela chama de “racionalidade instrumental” que, mesmo ao notabilizar o corpo como local de felicidade e de representação da identidade social, o leva para uma obsolescência permeada pela lógica da mercadoria.

A reflexão em torno do corpo adquire maior relevância se contemplado os numerosos indícios disponíveis em toda parte de uma crescente preocupação e obsessão pelo corpo na contemporaneidade. Porém, não se trata de qualquer corpo, trata-se de um corpo manipulado, fabricado, reconstruído, que apresenta a “beleza e a saúde perfeita” como metas a serem alcançadas (TRINCA, 2008, p. 4).

Mary Del Priori (2001), ressalta que na sociedade de “abundância” industrial o corpo ampliou seu aspecto de consumidor. Existe uma grande variedade de mercadorias para cada parte “coisificada” do corpo feminino; como por exemplo: para os cílios, o curvex; para a pele, hidratantes; para as unhas, esmaltes; para o rosto, maquiagem. Em concomitância ainda existem as intervenções cirúrgicas e inúmeros aparelhos direcionados a modelar e definir às nádegas, pernas, braços, barrigas, tórax, costas, panturrilhas etc.

As aplicações e implantes de silicone, de toxina botulínica (conhecida por Botox – marca do fabricante), a obsessão com a magreza, com o controle do peso, a adoção às tendências da moda, os exercícios físicos, os alimentos diet e light, o consumo de hormônios, de anabolizantes; as técnicas e os produtos para rejuvenescer, os procedimentos modeladores, corretivos e de lipoescultura, bem como as terapias de conhecimento do corpo converteram-se em ferramenta indispensável para viabilizar a produção de um corpo “perfeito e ideal”, modelo de saúde e auto-estima, esteticamente “belo”, dentro dos padrões tipicamente ocidentais (SILVA, 2001, p. 6).

Trinca (2008) sustenta que através dessa busca desenfreada por uma beleza considerada ideal, que os sujeitos buscam construir as suas autoimagens bem como as suas identidades particulares, pautados nessa insatisfação com a sua própria aparência.

Leon Crochík (2000), aponta que o esse corpo classificado enquanto esbelto e saudável de acordo com o ideal de beleza em voga na atualidade, está atuando em favor das necessidades de produção e de consumo do capitalismo. Portanto, o capital engloba e influencia não só os aspectos voltados para o trabalho, mas sim as vivências externas de cada sujeito. Parafraseando Trinca (2008), fazendo uso do elemento estético em favor do capital.

A mídia influencia nessa construção de um corpo idealizado como perfeito, levando ao aumento de consumo dos produtos que garantem o alcance deste objetivo, construindo, portanto, cenários de culto ao corpo (CASTRO, 2003).

Boris e Cesidio (2007) assinalam que, dessa maneira existe a noção de que existiram mudanças referentes ao modelo de subjetividade e de corpo feminino pautados em dois períodos culturais (patriarcado e século XX):

De um lado, uma mulher pura e recatada, virgem quando solteira, e, quando casada, devotada e dependente financeiramente do esposo; e, de outro, uma mulher sensual e provocante, estável profissional e financeiramente, mas submetida às imposições da mídia (BORIS, CESIDIO, 2007, p. 462).

Logo o corpo feminino, através dos limites impostos pela cultura e pela sociedade patriarcal em sua busca por prazer, é substituído pelo corpo que se encontra em função dos interesses capitalistas, produzindo a força de

trabalho, o lucro e a mão-de-obra do trabalhador. Ou seja, como Caldas (2001), menciona, o sistema capitalista estabelece padrões de comportamento a fim de educar a classe operária de acordo com a sua própria visão do mundo, estabelecendo assim meios que levam os corpos dos sujeitos a produzir e consumir produtos vinculados aos desejos da mulher.

Destaque-se que nenhum produto que a pessoa possa consumir satisfará o seu desejo, pois é objetivo da publicidade sempre mantê-la insatisfeita, a fim de que consuma mais e mais. (...) A mulher, assim, também assume um modo de existir excessivamente flexível para se adaptar ao mercado globalizado, adquirindo novos hábitos, novos valores, novos modelos, novas posturas etc. (BORIS, CESIDIO, 2007, p. 465).

Como Freire (1980) denomina, essa articulação entre a subjetividade da mulher, seu corpo e a mídia diz respeito a uma relação “opressor-oprimido”, sendo as mulheres os sujeitos oprimidos, em determinado momento de sua vivência, dessa forma, buscam aderir certas atitudes em prol do opressor.

A mulher, em busca da beleza do seu corpo, está na condição de oprimida com relação à mídia, que lhe impõe novas formas de existir e de se relacionar no mundo. A mulher oprimida pela mídia consome produtos dos mais diversos tipos para se sentir inserida no que impõe a mídia opressora. Isto não significa, necessariamente, que ela não tenha consciência de que está sendo dominada e seguindo modelos impostos pela mídia, mas que somente ela pode se libertar de tal relação ou de amenizá-la (BORIS, CESIDIO, 2007, p. 466).

Dentro do contexto brasileiro como destaca Goldenberg (2005), é o corpo que entra e sai de moda, dessa maneira os acessórios, servem apenas para destacar, sendo o corpo a verdadeira roupa como afirma o autor, a fim de valorizar essa exposição, já que este é moldado, manipulado e trabalhado de acordo com as necessidades e imposições sociais.

“O sujeito serve ao corpo ao invés de servir-se dele” (NOVAES, 2011).

Nota-se, a partir destas reflexões, que a produção capitalista necessita vender sempre um ideal inalcançável de beleza, felicidade, conforto, bem-estar e satisfação, o que favorece e amplia as possibilidades de produzir maiores quantidades e qualidades de tipos diferentes de mercadorias, símbolos e valores, visto que, quanto mais inalcançável for o padrão estabelecido, maior será o número de produtos, mercadorias e serviços que serão ofertados (estratégia de “ampliação” de vitrines e prateleiras) (TRINCA, 2008, p. 53).

Trinca (2008) identifica que se esse ideal de beleza, de corpo e de vida fosse algo facilmente alcançado, inviabilizaria as demandas por parte das indústrias que atendem tais necessidades referentes a construção dessa aparência desejada.

Mulheres são levadas a consumir e viver pautadas ao que é entendido como ideal e desejável para elas pela mídia, isso pode vir a influenciar seu comportamento e seu modo de ser-no-mundo. Dessa maneira, a luta contra esses modelos de corpos femininos impostos pelo mercado a fim de preservar a sua singularidade e subjetividade parte da ideia de que estas devem estar em busca de um desenvolvimento de pensamentos críticos acerca dos padrões de corpo, de subjetividade e de comportamento socialmente impostos (BORIS; CESIDIO, 2007).

4.0 O CORPO E O SOFRIMENTO PSÍQUICO: INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA

Trinca (2008) identifica que o corpo orgânico se encontra constantemente em crise, portanto, a fim de se conter esses conflitos que se manifestam muitas vezes enquanto patologias como depressão ou transtornos alimentares, por exemplo, urge constantemente a necessidade de modificá-lo, seja por meio de cirurgias, diferentes mecanismos estéticos ou do uso de adereços.

Nota-se que essa busca constante pela “imagem ideal” vem aumentando a procura por procedimentos estéticos, bem como os diagnósticos de depressão, principalmente entre jovens e adolescentes do sexo feminino, contudo, Trinca (2008) questiona até que ponto se dá essa constante corrida pela aprovação da imagem, que pode vir a desencadear aumentos significativos dos diagnósticos depressivos na atualidade.

Segundo Novaes (2011), o corpo que corresponde às demandas da sociedade, assume o lugar de belo, proporcionando o status desejado. Dessa maneira, sentimentos como aceitação, pertencimento, autoestima, admiração, se presentificam. Mas, em contraponto, a indústria cobra e é vigilante de maneira inacessível e implícita, portanto, quando não há satisfação segundo o ideal de beleza em voga são revelados sentimentos de

fracasso, perda da autoestima, gerando sofrimento psíquico (EHRENBRINK; PINTO; PRANDO, 2009).

Pode-se afirmar, segundo Ehrenbrink, Pinto e Prando (2009) que a sociedade preza pela produtividade e a valorização da imagem, no entanto excede os limites entre beleza e saúde muitas vezes, acarretando razões para o surgimento de angústias.

A sociedade atual, junto a cultura vigente impactam e influenciam a subjetividade das mulheres, que anulam suas particularidades. Dessa maneira, o padrão de beleza diz respeito a essa perda da singularidade de cada sujeito “[...] a moralização do belo é a expressão de práticas sociais empenhadas em produzir subjetividades sujeitadas” (SOUZA, 2019, p.41).

Pode-se dizer que de forma inconsciente todos os indivíduos sentem-se pressionados pela padronização, pois a beleza se tornou uma obrigação social, fazendo com que as mulheres sintam a necessidade de seguir as normas, sentidos e em dívida com o social e desejando alcançar o ideal do que é ser belo na contemporaneidade (SOUZA, 2019, p. 12).

A baixa autoestima como aponta Neto e Caponi (2007) diz respeito a uma das principais motivações para as mulheres fazerem inúmeras intervenções estéticas, sendo ela, portanto, resultante dessa não correspondência, ou seja, dessa não adequação do corpo as aparências belas nos ideais sociais. Vale ressaltar segundo os autores, alguns outros fenômenos ligados a essa expectativa do corpo pautada nos padrões de beleza vigentes, sendo o caso da anorexia e da bulimia, da malhação e das cirurgias plásticas, havendo sempre inúmeros mecanismos para modificar o corpo a fim de se alcançar esse ideal de “perfeição”.

Atualmente, está aumentando, significativamente, o número de mulheres com transtornos alimentares. E esta questão pode ser vista como exemplo de sofrimentos psíquicos em decorrência dos padrões estéticos hegemônicos difundidos em diferentes contextos (família, escola, mídia etc.). Dentre esses transtornos, podemos citar a anorexia – que é caracterizada por uma recusa em se alimentar em um nível saudável para manter um peso corporal sadio; e a bulimia – caracterizada por uma ingestão demasiada de alimentos, seguido por comportamentos de ejeção desses alimentos consumidos, através de vômitos e exercícios físicos excruciantes (DSM - IV, 1995) (KALB, 2017, p. 27).

Em uma pesquisa nacional sobre a vida sexual dos brasileiros, realizada pela psiquiatra Carmita Abdo, que contou com a participação de três mil homens e mulheres, de diferentes classes sociais, foi entendido como um dos maiores problemas:

Ausência de desejo sexual 35% das mulheres ouvidas não sentem nenhuma vontade de ter relações. Segundo a pesquisa, um dos motivos centrais desta falta de desejo é uma questão cultural que inibe a libido: a angústia de não corresponder à imagem da jovem mulher com o corpo perfeito que aparece diariamente em todos os canais de TV, no cinema, na publicidade, nas passarelas e nas revistas. Como explica a psicanalista Susie Orbach (2000), um dos principais fatores que contribuem para a frustração em relação ao sexo é o modelo de beleza apregoado pela sociedade atual, que afeta fundamentalmente as mulheres (TRINCA, 2008, p. 7).

Essa apologia a um corpo idealizado como perfeito, sendo esteticamente compreendido como belo contribui para a mais severa das angústias e frustrações da sociedade contemporânea, de maneira que o aparecimento de patologias como depressão, transtornos alimentares e as distorções da imagem corporal, tais como a anorexia, a bulimia, e vigorexia tem-se difundido assustadoramente, acarretando cada vez mais no surgimento de queixas de baixa autoestima por parte das mulheres (TRINCA, 2008).

Silva (2001), assinala que esse culto à aparência e ao corpo, pautado em práticas narcisistas a fim de favorecer a cultura consumista, contrasta com o crescimento da miséria econômica e social que é vivenciada por grande parte da humanidade, que está submetida diariamente a falta das condições básicas para a sobrevivência, como a escassez de água, alimentos e moradia.

No Brasil, segundo país em números de realização de cirurgias plásticas, no consumo de cosméticos e no mercado de luxo, esta situação torna-se ainda mais paradoxal quando acompanhada de notícias e de indicadores de miserabilidade que atinge mais de 50 milhões de brasileiros. Entre os índices estão: mortalidade infantil, fome, ausência de assistência médica, de moradia, de saneamento básico e aumento de desemprego, de epidemias e doenças (que há muito tempo já foram erradicadas de alguns países), entre outras mazelas (TRINCA, 2008, p. 9).

Dito isso, Bühr (1998), aponta para o que ele denomina como a individualidade personalizada: “[...] quando mais nada em torno de si oferece

um quadro estável, quando não há mais ‘mundo’ que se possa habitar imaginariamente com os outros, cada qual se fecha em si e faz de si mesmo um mundo” (BIHR, 1998, p.173).

Essa individualidade personalizada, diz respeito ao aspecto principal para o surgimento da “cultura do narcisismo” e da “era do vazio”. Portanto, cada um busca investir em si. O que o autor denomina de “eu-corpo” passa a ser classificado como sagrado sendo idolatrado através da busca obsessiva de práticas corporais e de consumo dos mais variados tipos de mercadorias. Daí o estreitamento da esfera dos investimentos sociais do indivíduo (BIHR, 1998).

Trata-se de um distanciamento, imobilização e apatia em relação aos empreendimentos coletivos que visam a um ideal universalizante. Portanto, [...] não podendo mais o indivíduo considerar sua identidade como adquirida, tem como necessidade principal construí-la e é obrigado procurá-la em si mesmo; mas como essa identidade não tem fundamento coletivo, ela é necessariamente frágil e insatisfatória, ao que se soma o efeito desestabilizador de uma multiplicação de identificações parciais, daí uma retomada da busca narcísica. (...) Assim, a lógica de privatização da vida, de separação do individual do social, só pode desembocar no vazio, e propagar o sentimento difuso de angústia e de insatisfação individual que afeta a maior parte dos sujeitos na contemporaneidade (BIHR, 1998, p.174).

“Podemos afirmar que hoje, o eu é o corpo. A subjetividade foi reduzida ao corpo, à sua imagem, à sua performance, à sua saúde, à sua juventude e longevidade” (TRINCA, 2008, p. 118)

“O corpo se encontra no centro dessa nova utopia; os esforços em torno desse ideal são justificados pela sua identificação de um novo arquétipo da felicidade humana” (SILVA, 2001, p. 55). Sintetizando, a construção da felicidade depende do corpo como meio e como fim para o seu alcance.

O processo de imitação dos personagens midiáticos é o que resta para suprir a miséria material, espiritual e a vida sem sentido. [...] Os indivíduos, além de serem levados a ver o mundo com as lentes do espetáculo, são incentivados a se tornar um de seus participantes pela imitação do estilo de vida dos personagens da moda. A imitação, contudo, não pode ir longe. A maioria nem pode ostentar as riquezas, o poder político, os dotes artísticos ou a formação intelectual dos famosos, nem tampouco fazer parte da rede de influências que os mantém na mídia. Resta, então, se contentar em imitar o

que eles têm de acessível a qualquer um, a aparência corporal. (COSTA, 2004, p.230).

Diante disso, os efeitos dessa subjugação às imposições podem ser percebidos nos quadros de psiquiatria clínica como (depressão, ansiedade e etc), já que a história da sintomatologia psiquiátrica é intrínseca à cultura. “Da mesma maneira, esse mundo sem sentido leva a um superinvestimento no corpo, amparados na sua remodelação, adequação e controle, tendo em vista o alcance do “bem-estar e felicidade” (TRINCA, 2008, p. 129).

Este ciclo mimético se reproduz em função da moda e da mídia, em matéria de “novidade corporal”, por isso esse tipo de ritual não cessa, levando os sujeitos a uma busca obsessiva de uma perfeição física eternamente adiada e distante da realidade. Por conta desse fato, um número cada vez maior de pessoas “[...] circulam atordoados em torno de academias de ginástica, salões de estética ou consultórios médico-psiquiátricos. [...] O fisiculturismo compulsivo, as bulimias, e anorexias, as compulsões por próteses ou cirurgias estéticas repetidas e arriscadas são sequelas da tentativa malograda de tomar posse do corpo espetáculo” (COSTA, 2004, p.231).

“Uma vez que as mulheres encaram seus corpos como sendo “errados”, precisando de reparos, privações e um controle incessante, nos vemos bem longe das “liberdades” almeçadas pelos movimentos feministas” (GELLACIC, 2012).

Dessa maneira cabe destacar como tanto no campo clínico como no campo da saúde, a psicologia, se dá enquanto um campo de produção de conhecimentos, estabelecendo assim dessa forma, novos campos de atuação do psicólogo na contemporaneidade, buscando, portanto, analisar o indivíduo em relação ao ambiente sociocultural no qual ele está inserido. Isso possibilita que o(a) psicólogo(a) clínico(a) e o(a) psicólogo(a) da saúde pensem no sujeito nas relações que ele estabelece com o mundo, sendo constituído também por ele (DUTRA, 2004).

A importância da atuação do psicólogo, está para além de seu referencial teórico, sendo a sua postura, seu compromisso ético, social e político ainda mais relevante. Este deve conduzir a sua atuação a fim de minimizar o sofrimento psíquico do sujeito, não importando o lugar ou espaço em que a prática clínica aconteça, conduzindo, portanto, a sua prática pautada no acolhimento psicológico através de sua escuta qualificada (DUTRA, 2004).

Em outras palavras, a partir das intervenções do(a) psicólogo(a), criar um contexto favorável para que a voz do outro, que adoece, se manifeste. Pois, é através da escuta ativa do(a) psicólogo(a), favorecendo um ambiente acolhedor e sem julgamentos de valores em relação as crenças e concepções desse outro, bem como a aceitação incondicional perante aquele indivíduo que adoece, que propicia a “cura”, isto é, a recuperação e melhora desse indivíduo (KALB, 2017, p. 29).

Evidencia-se dessa maneira, de acordo com Ribeiro (2016) a importância de se estabelecer um diálogo entre as diferentes áreas da psicologia, trabalhando assim a conexão entre a psicologia clínica, a psicologia da educação e a psicologia da saúde na prevenção das chamadas "doenças da beleza", trabalhando assim, questões relacionadas à autoimagem, autoconfiança, compulsões, dentre outras demandas que surgem nas psicoterapias.

Por fim, é essencial que os psicólogos, dentro de suas diferentes áreas de atuação pensem em estratégias de intervenção que promovam meios de prevenir sofrimentos psíquicos gerados, muitas vezes, por essa valorização exacerbada do corpo, a partir dos padrões de beleza hegemônicos socialmente difundidos (KALB, 2017).

5.0 CONCLUSÃO

A partir da discussão proposta elucidou-se diferentes perspectivas, comportamentos e os ideais do sistema patriarcal, em concomitância ao sistema capitalista e os seus interesses econômicos. Dessa maneira, foi possível a compreensão de como no decorrer da história, a medida em que as mulheres conquistam “liberdade”, acontecem transformações em aspectos da sua subjetividade em conjunto com diferentes imposições ao corpo feminino, que foram dominados e oprimidos em uma cultura que busca atender ao temor político das instituições dominadas pelos homens.

Diante das transformações sócio-históricas na cultura, os corpos recatados que serviam aos interesses do patriarcado, após os movimentos feministas, tiveram que reinventar seus mecanismos de opressão a mulher, assim, surgem novas subjetividades e ideais do corpo feminino, baseada nos modelos que a mídia impõe.

Portanto, entende-se a mídia como um dos mecanismos de perpetuação desses ideais, nos quais as mulheres a fim de alcançá-los buscam adquirir produtos, bem como "esculpir" seus corpos através de exercícios físicos ou de cirurgias plásticas, a fim de atingir o padrão corporal imposto pela cultura e pelos meios de comunicação. Sendo isso reflexo das imposições da cultura contemporânea, que valoriza o consumo no mercado capitalista.

O artigo buscou retratar o quanto a mídia, através de sua força de coerção social, impõe às mulheres padrões de beleza e de corpos. Contudo, quando estas não conseguem corresponder aos ideais classificados como "perfeitos", mesmo estes sendo totalmente inatingíveis e estando em função de interesses econômicos, muitas mulheres acabam por apresentar sofrimentos psíquicos, bem como o aparecimento de patologias, como as destacadas, depressão, ansiedade, anorexia, bulimia. Neste sentido, torna-se essencial a busca por novas formas de autenticidade, criando suas próprias tendências sem que sejam forçadas pela mídia a criar uma falsa imagem de si mesmas.

Por fim, os profissionais de psicologia, independentemente de suas áreas de atuação, devem buscar entender como as mídias sociais e os meios de comunicação em massa estabelecem influências, muitas vezes imperceptíveis e implícitas a essas valorizações de aparências ideais, que levam muitas mulheres a terem sofrimentos psíquicos por não conseguirem corresponder e se enquadrarem. Devem, portanto, oferecer acolhimento às angústias e sofrimentos, bem como a sua escuta ativa, buscando dessa maneira, compreender o que é realmente "bonito" para elas, sem interferências de outros interesses. O autoconhecimento é essencial para alcançar aceitação e felicidade independentemente de seguir ideais inalcançáveis e que geram angústias quando não são correspondidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Gênero, identidade, diferença. Aletria: **Revista de Estudos de Literatura**, v. 9, p. 90-97, 2002.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **cadernos pagu**, p. 13-56, 2014.

ARAÚJO, E. M. N.; MENESES, J. R. **Histórias e Artifícios da Beleza Feminina: a “batalha” contra o tempo**. Anais do IV Colóquio Internacional Cidadania Cultural: diálogos de gerações. 22, 23 e 24 de setembro de 2009. Campina Grande, Editora EDUEPB, 2009. p. 1-12.

AURÉLIO, Renato Pereira; DE OLIVEIRA, Vanessa Junca CORSINO. **INFLUÊNCIAS DA MÍDIA PARA O PADRÃO DE BELEZA FEMININO**. In: Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre

ÁVILA, MARIA BETÂNIA. “Mulher e Natureza”: dos sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal. **Mulheres, Trabalho e Justiça Sociambiental**, p. 25, 2012.

BARBOSA, Maria Raquel; MATOS, Paula Mena; COSTA, Maria Emília. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 24-34, 2011.

BARBOSA, Zulene Muniz. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise de Alain Bihr. **Lutas Sociais**, n. 6, p. 184-186, 1999.

BEAUVOIR, Simone, O Segunda Sexo, **Difusão Européia do Livro**, São Paulo 1961.

BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: **Boitempo**, 1998. 287p. (Coleção Mundo do Trabalho).

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

BONUMÁ, T. A beleza no tempo. **Revista da Cultura**, São Paulo, n, p. 18-20, 2009.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; DE HOLANDA CESÍDIO, Mirella. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista mal-estar e subjetividade**, v. 7, n. 2, p. 451-478, 2007.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York, Routledge, 1990.

Caldas, W. (2001). Temas da cultura de massa: Música, futebol e consumo. São Paulo: **Villipress**.

CONTI, M. A; BERTOLIN, M. N. T.; PERES, S. V. A mídia e o corpo: o que o jovem tem a dizer. Online. Rio de Janeiro: **ABRASCO**, n.4, vol.15, 2010.

CORDEIRO, Alexander Magno et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, p. 428-431, 2007.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Controle social na saúde. Mota AE, Bravo MIS, Uchoa R, Nogueira V, Marsiglia R, Gomes L, et al., organizadores. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, p. 111-40, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: **Garamond**, 2004. 244p.

DA COSTA, Renata Gomes. Gênero, patriarcado, violência. **Rebeh-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 03, p. 121-128, 2018.

DE AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. **Revista Três Pontos**, 2016.

DE CASTRO, Ana Lucia. Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo. **Annablume**, 2003.

DE MELLO, Soraia Carolina. LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER? FEMINISMOS, DOMESTICIDADE E CONFLITO SOCIAL NO BRASIL. **MULHERES DE LUTA**.

DE OLIVEIRA COSTA, Albertina et al. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. **Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA**, 2019.

DE OLIVEIRA, Andressa Vince; DE CARVALHO, Priscila Abreu; DE MELO, Simone Rodrigues Alves. **Influência da mídia na construção da autoimagem de jovens na sociedade pós-moderna: A busca do corpo perfeito**. **Revista Científic@ Universitas**, v. 3, n. 2, 2016.

DE OLIVEIRA, Diana Ramos; BREDER, Debora; FILPO, Klever Leal. Relações étnico-raciais e outros marcadores sociais da diferença: diálogos interdisciplinares. **Editora Appris**, 2020.

DE OLIVEIRA, Luciana Paula da Silva. A MULHER NEGRA BRASILEIRA: RACISMO E SEXISMO.

DELPHY, Christine. Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles. *Nouvelles Questions Féministes*, n 2, **Féminisme: quelles politiques?** p. 58-74, out. 1981.

DOMINGUES, Sana Gimenes Alvarenga. UMA BREVE HISTÓRIA DO SURGIMENTO DO FEMINISMO NO BRASIL. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Campos**, v. 5, n. 1, p. 134-143, 2020.

DUTRA, Elza. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 9, p. 381-387, 2004.

EHRENBRINK, Petra Paim; PINTO, Elzimar E. Peixoto; PRANDO, Fernanda Loureiro. Um novo olhar sobre a cirurgia bariátrica e os transtornos alimentares. **Psicol. hosp. (São Paulo)**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 88-105, 2009.

ENGELS, Friedrich. A Origem da família, da propriedade Privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 16. ed. Rio de janeiro: **Bertrand Brasil**, 2000.

FERREIRA, Rafael et al. Caracterização de Opressão de Gênero em Redes Sociais a partir de Violações dos Princípios de Afetibilidade: Um estudo de caso no Facebook. In: **Anais do XIV Simpósio Brasileiro de Sistemas Colaborativos**. SBC, 2017. p. 312-326.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Petrópolis: **Vozes**, 1987.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 31, p. 7-26, 2018.

Freire, P. (1980). *Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: **Moraes**.

GELLACIC, Gisele Bischoff. Refletindo sobre os resultados dos movimentos feministas e da liberação sexual dos anos 60 e 70, **ATRAVÉS DO CORPO FEMININO**.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: **Atlas**, 2008.

GIULANI, Paola Cappelin. “Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira”. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das Mulheres no Brasil. 7 a ed. São Paulo: **Contexto**, 2004.

GOLDENBERG, Mirian. Gênero e corpo na cultura brasileira. **Psicologia Clínica**, v. 17, p. 65-80, 2005.

Gomes PBMB. Mídia, imaginário de consumo e educação. **Educ. Soc.** 2001; 74:191-207.

GROSSI, Miriam Pillar. Estudos sobre mulheres ou de gênero? Afinal o que fazemos? (Teorias sociais e paradigmas teóricos). In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). Falas de gênero. Florianópolis: **Editora Mulheres**, 1999. p. 329-343.

GROSSI, Mirian P. Identidade. Gênero e Sexualidade. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis: **PROAS/UFSC**, 1995.

JACOB, Helena. Redes sociais, mulheres e corpo: um estudo da linguagem fitness na rede social Instagram. **Revista Comunicare Dossiê Feminismo**, São Paulo, v. 14, n.1, 2014, p. 89-105.

KALB, Stéfani Keitel. Valorização do corpo e sofrimento psíquico: a mídia como mediadora dos padrões hegemônicos de beleza. 2017.

Killermann, S. Breaking through the binary: Gender explained using continuums.

2011.

KINCHELOE, Joe. Mac Donald's, poder e criança: Ronald Mac Donald faz tudo por você. Identidade social e a construção do conhecimento. **Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria de Educação**, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: **Editora Atlas**, 1992. 4aed. p.43 e 44.

MONTEIRO, Christiane Schorr. A Luta das Mulheres por Reconhecimento. In: BERTASO, João Martins (Org.). Cidadania, Diversidade e Reconhecimento. 2. ed. **Santo Ângelo**: FURI, 2012. cap. 2, p. 34-61.

MOREIRA, J. O. Mídia e Psicologia: considerações sobre a influência da internet na subjetividade. **Psicologia para América Latina, México: União Latino-americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)**, n.20, 2010. s/p.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do. XVI Encontro Regional de História da ANPUH**, 2014.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas** 11.2 (2000): p. 9-41.

Novaes, J. V. (2011) Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. In: Del Priori, M. & Amantino, M. (orgs.). História do corpo no Brasil. São Paulo: **Unesp**.

PAIVA, T. F. F. A Ditadura da Beleza e Suas Implicações na Subjetividade. 2010. 97 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – **Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre**, 2010.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1993.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, p. 249-272, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: **F. Perseu Abramo**, 2003.

PIVA, J. Satisfação com a imagem corporal de mulheres que frequentam academias de ginástica no município de Jataí GO. Jataí: UFG, 2014. Trabalho de Final de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Regional Jataí, **Universidade Federal de Goiás**, 2013.

POLI NETO, Paulo; CAPONI, Sandra NC. A medicalização da beleza. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, p. 569-584, 2007.

Ribeiro, V. M. M. (2016). A Psicologia Clínica e a Prevenção das Doenças da Beleza na Sociedade Brasileira Contemporânea. Monografia de Conclusão de Curso em Psicologia, **Centro Universitário de Brasília**, Brasília

RODRIGUES, Annelise; DOS REIS, Bruna Rafaela Nascimento; QUADRADO, Jaqueline Carvalho. A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE PATRIARCAL NA IDENTIDADE FEMININA. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 10, n. 2, 2018.

RODRIGUES, Paulo Jorge. O trabalho feminino durante a revolução industrial, 2016.

SAFFIOTI (2004), Gênero, patriarcado, violência. Sao Paulo, **Perseu Abramo**.

SAFFIOTI, Heleieth. (1987), O poder do macho. Sao Paulo, **Moderna**.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado, Violência. **Editora Fundação Perseu Abramo**: 2011.

SALIH, Sara. Judith Butler e a Teoria Queer; tradução e notas de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: **Editora Autêntica**, 2015.

Santos, M. S., & Gonçalves, V. O. (2020). Uso das redes sociais, imagem corporal e influência da mídia em acadêmicos dos cursos de educação física. *Itinerarius Reflectionis*, 16(3), 01–18. <https://doi.org/10.5216/rir.v16i3.58815>

SARTORI, Alana Taíse Castro; SCHNORRENBARGER, Neusa. O processo de dominação dos corpos das mulheres através do" mito da beleza" de Naomi Wolf. In: **Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. 2020. p. 24-44.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1990

Setton MGJ. Família escola e mídia: um campo com novas configurações. **Educação e Pesquisa** 2002; 28(1):107-116.

SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira; REGO, Mariana Oliveira do; MONTEFUSCO, Érica Vila Real. O corpo idealizado de consumo: paradoxos da hipermodernidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 137-165, mar. 2010

SILVA, Ana Márcia. Corpo, ciência e mercado: reflexões acerca da gestação de um novo arquétipo de felicidade. Campinas: **Autores Associados**; Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

SILVA, Carmem da. "O Sistema percebeu a força explosiva do movimento feminista e se assustou". In: PROJETO MULHER. Mulheres em Movimento. Rio de Janeiro: **Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural**, 1983. p. 28-30.

SILVA, Janine G.; PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 71, p. 193-210, 2018.

SOARES, Vera. "Muitas faces do feminismo no Brasil". In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu. GODINHO; Tatau (orgs.). Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo. **Fundação Perseu Abramo**, 1998.

SOUZA, Fabieli da Silva. A padronização da beleza como imposição social e sua relação com o feminino. 2019.

STEARNS, Peter N. História das relações de gêneros. São Paulo: **Contexto**, 2015.

STEINBERG, Shirley. Kindercultura: a Construção da Infância pelas Grandes Corporações. Identidade Social e a Construção do Conhecimento. Porto Alegre, **Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria de Educação**, 1997.

Tavares, L. B., & Brasileiro, M. C. E. (2003). O espelho de Narciso: O corpo belo representado por adolescentes. In **III Jornada Internacional e I Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, Textos Completos**, Rio de Janeiro, RJ.

TELES, M. A. de A. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: **Brasiliense**, 1999.

TILLY, Louise. "Gênero, História das Mulheres e História Social". In: **Cadernos PAGU**, 1994. P. 29-62.

TRINCA, Tatiane Pacanaro. O corpo-imagem na cultura do consumo: uma análise histórico-social sobre a supremacia da aparência no capitalismo avançado. 2008.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Convite à estética. **Editora Record**, 1999.

VIGARELLO, Georges. História da Beleza: o corpo e a arte de se embelezar, do renascimento aos dias de hoje. Rio de Janeiro: **Ediouro**, 2006.

WALBY, Silvia. From private to public patriarchy. In: WALBY, Silvia. Theorizing patriarchy. Oxford: **Basil Blackwell**, 1990. p. 173-202.

WILLIS, Susan. Cotidiano para começo de conversa. Rio de Janeiro: **Graal**, 1997.

WOITOWICZ, Karina Janz. Páginas que resistem: a imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. In: **Congresso Nacional de História da Mídia**. 2008.

WOLF, Naomi. O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. **Editora Record**, 1992.

